



# PRÁTICAS EM SAÚDE: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



## ORGANIZADORES

DR. AVELAR ALVES DA SILVA

DR WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA MIRANDA

DR ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO





# PRÁTICAS EM SAÚDE: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



## ORGANIZADORES

DR. AVELAR ALVES DA SILVA  
DR WALLACE RODRIGUES DE HOLANDA MIRANDA  
DR ARQUIMEDES CAVALCANTE CARDOSO





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



#### LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3 de [SCISAUDE](https://www.scisaude.com.br/catalogo/praticas-em-saude-uma-abordagem-multidisciplinar-3/92) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/praticas-em-saude-uma-abordagem-multidisciplinar-3/92>

2026 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2026 Os autores

Copyright da edição © 2026 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



# PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3

## ORGANIZADORES

**Dr. Avelar Alves da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

**Dr Wallace Rodrigues de Holanda Miranda**

<http://lattes.cnpq.br/9510895183615760>

<https://orcid.org/0000-0002-0306-251X>

**Dr Arquimedes Cavalcante Cardoso**

<http://lattes.cnpq.br/0647092865505641>

<https://orcid.org/0000-0001-9546-805X>

**Editor chefe**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

**Projeto gráfico**

Lennara Pereira Mota

**Diagramação:**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

**Revisão:**

Os Autores



## Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	Jean Carlos Leal Carvalho De Melo Filho	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Práticas em saúde [livro eletrônico] : uma abordagem multidisciplinar / organizadores Avelar Alves da Silva, Wallace Rodrigues de Holanda Miranda, Arquimedes Cavalcante Cardoso. -- 1. ed. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2026.  
PDF

Vários autores. **Bibliografia.**  
ISBN 978-65-85376-79-2

1. Ciências da saúde 2. Educação em saúde  
3. Multidisciplinaridade 4. Promoção da saúde  
5. Saúde pública 6. Sistema Único de Saúde (Brasil)  
I. Silva, Avelar Alves da. II. Miranda, Wallace Rodrigues de Holanda. III. Cardoso, Arquimedes Cavalcante

26-333388.0

CDD-613

Índices para catálogo sistemático:

1. Promoção da saúde 613

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.56161/sci.ed.20260204



978-65-85376-79-2



SCISAUDE

Teresina – PI – Brasil

scienceesaude@hotmail.com

[www.scisaude.com.br](http://www.scisaude.com.br)



# APRESENTAÇÃO

A promoção da saúde é um pilar essencial para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes. Com o avanço das pesquisas e a necessidade de abordagens cada vez mais integradas e interdisciplinares, **"PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3"** surge como uma obra fundamental para profissionais, pesquisadores e estudantes que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Este livro reúne uma série de estudos atualizados, abordando estratégias inovadoras, políticas públicas, desafios contemporâneos e práticas bem-sucedidas na promoção da saúde. A diversidade dos temas tratados reflete a amplitude desse campo, explorando desde a atenção primária até a implementação de tecnologias na saúde, passando por programas de prevenção, educação em saúde e análise epidemiológica.

Com uma linguagem clara e fundamentação científica rigorosa, **"PRÁTICAS EM SAÚDE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 3"** é uma leitura indispensável para aqueles que buscam compreender as novas tendências e contribuir para a efetivação de ações voltadas ao bem-estar da população.

Este livro não apenas compartilha conhecimento, mas também incentiva a reflexão crítica e a aplicação de estratégias baseadas em evidências para um futuro mais saudável e sustentável.

**Boa Leitura!!!**



# Sumário

<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>11</b>
<b>A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO EIXO ESTRUTURANTE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE .....</b>	<b>11</b>
10.56161/sci.ed.20260204C1 .....	11
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>20</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS .....</b>	<b>20</b>
10.56161/sci.ed.20260204C2 .....	20
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>29</b>
10.56161/sci.ed.20260204C3 .....	29
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>42</b>
<b>A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: COMO PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS APROFUNDAM DESIGUALDADES NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE .....</b>	<b>42</b>
10.56161/sci.ed.20260204C4 .....	42
<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>53</b>
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMUNITÁRIA .....</b>	<b>53</b>
10.56161/sci.ed.20260204C5 .....	53
<b>CAPÍTULO 6.....</b>	<b>61</b>
<b>INTEGRAÇÃO ENTRE ENFERMAGEM E ODONTOLOGIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....</b>	<b>61</b>
10.56161/sci.ed.20260204C6 .....	61
<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>81</b>
<b>EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO SEMIÁRIDO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA CULTURA ALIMENTAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA .....</b>	<b>81</b>
10.56161/sci.ed.20260204C7 .....	81
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>91</b>
<b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VULNERABILIDADES À SAÚDE SEXUAL: EPIDEMIOLOGIA DAS ISTS EM IDOSOS NO BRASIL .....</b>	<b>91</b>
10.56161/sci.ed.20260204C8 .....	91
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>101</b>
<b>ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS EVITÁVEIS: CONTRIBUIÇÕES DA VIGILÂNCIA PARA A GESTÃO DO SUS .....</b>	<b>101</b>
10.56161/sci.ed.20260204C9 .....	101



<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>111</b>
<b>BASES MOLECULARES DA ONCOLOGIA: VIAS DE SINALIZAÇÃO COMO ALVOS PARA TERAPIAS DE PRECISÃO</b> .....	<b>111</b>
10.56161/sci.ed.20260204C10 .....	111
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>123</b>
<b>INSEGURANÇA ALIMENTAR E OBESIDADE DUAS FACES SOCIAIS DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA</b> .....	<b>123</b>
10.56161/sci.ed.20260204C11 .....	123
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>136</b>
<b>IMPACTOS DA CIRURGIA ORTOGNÁTICA, PALATOPLASTIA E QUEILOPLASTIA EM INDIVÍDUOS COM FISSURA LABIOPALATINA</b> .....	<b>136</b>
10.56161/sci.ed.20260204C12 .....	136
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>143</b>
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b> .....	<b>143</b>
10.56161/sci.ed.20260204C13 .....	143
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>155</b>
<b>RACISMO ESTRUTURAL COMO DETERMINANTE INVISIBILIZADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE</b> .....	<b>155</b>
10.56161/sci.ed.20260204C14 .....	155
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>170</b>
<b>SIMULAÇÃO COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)</b> .....	<b>170</b>
10.56161/sci.ed.20260204C15 .....	170
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>180</b>
<b>TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA: PROTEÇÃO COLETIVA OU EROSÃO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS?</b> .....	<b>180</b>
10.56161/sci.ed.20260204C16 .....	180
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>191</b>
<b>AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRÉ-NATAL NO SUS: AVANÇOS E LACUNAS DO CUIDADO INTEGRAL</b> .....	<b>191</b>
10.56161/sci.ed.20260204C17 .....	191



# CAPÍTULO 11

## INSEGURANÇA ALIMENTAR E OBESIDADE DUAS FACES SOCIAIS DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

FOOD INSECURITY AND OBESITY – TWO SOCIAL FACES OF BRAZIL: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

 10.56161/sci.ed.20260204C11

### **EDSLANY PAIXÃO PEREIRA**

Discente de Nutrição

Centro Universitário Maurício de Nassau – Petrolina, Pernambuco, Brasil.

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0009-0006-0257-5133>

### **RAISA CAVALCANTE RODRIGUES**

Discente de Nutrição

Centro Universitário Maurício de Nassau – Petrolina, Pernambuco, Brasil.

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0009-0006-3856-6781>

### **EMERSON IAGO GARCIA E SILVA**

Nutricionista – HU/UFRR/EBSERH

Mestre em Ciências Ambientais para o Semiárido (PPGCTAS – UPE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO - UFPE

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0000-0002-6094-6039>

### **VIVIAN GISELLY DA SILVA MORAES**

Nutricionista

Mestre em Ciências Ambientais para o Semiárido (PPGCTAS – UPE)

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0000-0002-5598-2334>

### **INGRID RAFAELLA MAURICIO SILVA REIS**

Nutricionista

Mestre em Biociências (PPGB – UNIVASF)

UNINASSAU – PETROLINA - PE

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0000-0001-7924-9623>

### **ARIANNY AMORIM DE SÁ**

Nutricionista

Mestre em Ciências Ambientais para o Semiárido (PPGCTAS – UPE)



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0000-0002-8687-0394>

### **ALINE NATALY SOARES VITAL**

Nutricionista

Mestre em Ciências Ambientais para o Semiárido (PPGCTAS – UPE)

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0000-0001-5142-9905>

### **CALINE ALVES DE OLIVEIRA**

Nutricionista

Mestre em Ciências da Saúde e Biológicas (PPGCSB – UNIVASF)

UNINASSAU – PETROLINA - PE

Orcid ID do autor <https://orcid.org/0000-0003-3669-4107>

### **RESUMO**

A insegurança alimentar e a obesidade representam desafios crescentes da saúde pública no Brasil e coexistem como reflexos das desigualdades sociais que impactam o acesso e a qualidade da alimentação. Essa relação evidencia um paradoxo no qual a restrição alimentar e o excesso de peso se manifestam simultaneamente, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre insegurança alimentar e excesso de peso em diferentes grupos populacionais. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com análise de estudos publicados entre os anos de 2015 e 2025. Os resultados revelaram que famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas chefiadas por mulheres, com menor escolaridade e baixa renda, apresentam maior probabilidade de vivenciar insegurança alimentar concomitante ao excesso de peso, em razão da limitação no acesso a alimentos in natura e do consumo frequente de alimentos ultraprocessados de menor custo. Entre crianças e adolescentes, observou-se elevada prevalência de insegurança alimentar associada ao excesso de peso, agravada por condições socioeconômicas desfavoráveis e pelo contexto pandêmico. Os achados evidenciam que fatores sociais, econômicos e ambientais moldam essa relação complexa e reforçam a necessidade de políticas públicas integradas que promovam o Direito Humano à Alimentação Adequada, ampliem o acesso a alimentos saudáveis e reduzam as desigualdades que sustentam esse paradoxo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vulnerabilidade social; Excesso de peso; Estado nutricional; Saúde pública.

### **ABSTRACT**

Food insecurity and obesity represent growing public health challenges in Brazil and coexist as reflections of social inequalities that affect access to and the quality of food. This relationship highlights a paradox in which food restriction and excess body weight occur simultaneously, particularly in contexts of social vulnerability. In this scenario, the present study aimed to analyze the relationship between food insecurity and excess body weight in different population groups. To this end, an integrative literature review was conducted, analyzing studies published between 2015 and 2025. The results revealed that



families in situations of vulnerability, especially those headed by women with lower levels of education and low income, are more likely to experience food insecurity concomitant with excess body weight, due to limited access to fresh foods and the frequent consumption of lower-cost ultra-processed foods. Among children and teenagers, a high prevalence of food insecurity associated with excess body weight was observed, exacerbated by unfavorable socioeconomic conditions and the pandemic context. The findings indicate that social, economic, and environmental factors shape this complex relationship and reinforce the need for integrated public policies that promote the Human Right to Adequate Food, expand access to healthy foods, and reduce the inequalities that sustain this paradox.

**KEYWORDS:** Social vulnerability; Overweight; Nutritional status; Public health.


## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre insegurança alimentar e obesidade no Brasil configura-se como dois grandes desafios da saúde pública, coexistindo como expressões distintas de um mesmo problema social. A insegurança alimentar, conforme definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), consiste na falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o atendimento de outras necessidades essenciais (Brasil, 2006). Já a obesidade é uma condição crônica multifatorial, influenciada por determinantes biológicos, sociais, econômicos e culturais, cuja prevalência tem aumentado em todo o mundo (Fao et al., 2023).

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou um profundo impacto alimentar, caracterizada pela substituição de alimentos in natura e minimamente processados por produtos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras e sódio (Fao et al., 2023). Essa mudança foi impulsionada por fatores como urbanização, industrialização dos alimentos, transformações nos hábitos de vida e influência do marketing alimentar (Santos; Cáceres; Pegolo, 2019). Paralelamente, observou-se uma redução na prevalência da desnutrição e um aumento expressivo dos índices de sobrepeso e obesidade, inclusive entre populações de baixa renda (Silva et al., 2023). Esse cenário evidencia que o problema alimentar no Brasil não se restringe à falta de alimentos, mas à desigualdade no acesso a uma alimentação adequada e saudável.

A desigualdade social e econômica tem um papel relevante na limitação do acesso a alimentos saudáveis. As famílias de baixa renda enfrentam dificuldades para adquirir produtos de qualidade, o que resulta em uma dieta com baixo valor nutritivo e alto teor calórico. No Brasil, aproximadamente 22% da população não tem acesso a uma alimentação saudável. Bairros com predomínio de moradores de baixa renda foram descritos em estudos como





"desertos alimentares" pela falta de acesso a alimentos nutritivos, ou "pântanos alimentares", devido à predominância de fast food barato (Valentim et al., 2024). A combinação de acesso limitado a alimentos saudáveis contribui para um ambiente obesogênico, dificultando a adoção de comportamentos mais saudáveis e contribuindo para o desenvolvimento e manutenção da obesidade apresentando piores indicadores de qualidade da dieta, menor variedade alimentar e maior consumo de alimentos ultraprocessados, o que também aumenta o risco de doenças crônicas não transmissíveis (Silva et al., 2023; Santos; Cáceres; Pegolo, 2019).

Assim, a insegurança alimentar e a obesidade não devem ser vistas como extremos opostos, mas como resultados complementares de um mesmo cenário de desigualdade. Ambas refletem limitações no acesso a alimentos saudáveis, na educação alimentar e nutricional e nas condições socioeconômicas que determinam as escolhas alimentares. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo identificar a relação entre a insegurança alimentar e a obesidade no Brasil. Além disso, busca verificar, a partir da literatura, como essa coexistência se manifesta em diferentes fases da vida e discutir o paradoxo fome/excesso de peso no país, destacando seus determinantes sociais e de saúde pública. Compreender essa relação é fundamental para ampliar a visão crítica sobre os desafios alimentares do país e impactar na melhoria das condições de vida da população.

## 2. METODOLOGIA


O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, qualitativo e de forma transversal, com o objetivo de analisar a relação entre insegurança alimentar e obesidade no Brasil, a partir de estudos científicos disponíveis na literatura.

A escolha por esse tipo de estudo justifica-se pela relevância teórica do tema e pela necessidade de compreender as evidências já existentes sobre o paradoxo entre a escassez e o excesso alimentar.

A revisão bibliográfica possibilita reunir, interpretar e discutir resultados de diferentes autores, proporcionando uma visão ampla e atualizada sobre o tema abordado, sem a necessidade de coleta de dados primários.

A pesquisa foi realizada por meio de busca de artigos científicos nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e PubMed. Foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2015 a 2025, redigidos em língua portuguesa, que abordassem a relação entre insegurança alimentar e obesidade, bem como estudos relacionados à validação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) no contexto brasileiro.





Os critérios de exclusão envolveram a eliminação de estudos duplicados entre as bases, trabalhos que abordassem apenas um dos temas sem relação entre ambos, materiais sem relevância científica, artigos de revisão bibliográfica, considerando que o presente estudo já possui essa natureza, além de estudos que não disponibilizavam o texto completo na literatura. Também foram excluídos estudos com grupo de estudos não residentes no Brasil, bem como pesquisas que utilizavam indicadores de insegurança alimentar não validados para o contexto brasileiro.

Após a seleção dos estudos, foi realizada a leitura exploratória, seletiva e analítica dos materiais encontrados, com o intuito de identificar e compreender as diferentes abordagens conceituais e metodológicas relacionadas à segurança alimentar e obesidade, bem como os principais resultados e conclusões apresentados pelos autores.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na presente pesquisa, os resultados foram apresentados com base nos artigos selecionados que atenderam aos critérios previamente estabelecidos para o tema da insegurança alimentar e do excesso de peso.

No processo de busca nas bases de dados, foram identificados aproximadamente 17.213 artigos relacionados ao tema e, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão definidos na metodologia, 9 estudos compuseram a amostra final desta revisão, as etapas de busca estão exemplificadas na figura 1. As informações extraídas dos estudos foram organizadas no quadro 1, contemplando dados como autores, ano de publicação, objetivos, resultados e conclusão. Em seguida, esses achados foram descritos e analisados, o que permitiu evidenciar as principais convergências, divergências e lacunas identificadas na literatura. Os artigos selecionados abordam, a relação entre insegurança alimentar e excesso de peso, com ênfase em diferentes grupos populacionais.





**Figura 1. Etapas de busca, seleção e inclusão dos estudos**

Fonte: Os autores, 2025.

**Quadro 1. Estudos selecionados para compor a revisão de literatura**

Autor/ ano	Objetivo	Resultados	Conclusão
Braga e Costa (2021)	Analisar a insegurança alimentar e nutricional (IAN) através de uma abordagem objetiva e multidimensional, considerando três dimensões: ingestão calórica insuficiente, obesidade e proporção da renda gasta com alimentação.	As análises mostraram que as características do ambiente e do domicílio estão fortemente associadas à IAN, especialmente quando medida pela vulnerabilidade de renda. Os domicílios chefiados por mulheres, com menor escolaridade e localizados em regiões Norte e Nordeste, apresentaram maior probabilidade de insegurança alimentar.	A IAN é um fenômeno complexo e multidimensional, influenciado por fatores econômicos, sociais e ambientais. A vulnerabilidade econômica se mostrou o principal determinante da IAN. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas integradas e da melhoria dos serviços públicos e condições ambientais para reduzir a insegurança alimentar no país.
Silva <i>et. al.</i> (2023)	Descrever os aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional entre indivíduos com sobrepeso e obesidade residentes em um território de abrangência de uma Unidade Básica de Saúde do município de Nova Floresta, Paraíba.	A maioria dos participantes era do sexo feminino, com casa própria quitada, sabiam ler e escrever, mas sem renda fixa. A prevalência de insegurança alimentar foi de 52,3%, sendo mais comum em mulheres com baixo nível de escolaridade e excesso de peso. O consumo de alimentos in natura e minimamente processados foi mais frequente, enquanto o de ultraprocessados foi baixo.	O estudo mostrou presença de insegurança alimentar em diferentes níveis, especialmente entre mulheres com menor escolaridade e excesso de peso. Os participantes consomem mais alimentos básicos e menos ultraprocessados. Os achados ajudam a compreender as escolhas alimentares e subsidiam políticas locais de saúde e nutrição.



Santos, Cáceres e Pelogo (2018)	Avaliar a insegurança alimentar de famílias, tendo a figura materna como representante, e identificar fatores associados à saúde.	Verificou-se que 52,4% das famílias apresentavam algum grau de insegurança alimentar; 50,8% das mulheres tinham excesso de peso; o consumo de frutas, verduras e leite foi insuficiente, enquanto o consumo de refrigerantes e doces foi frequente. Não houve associação significativa entre insegurança alimentar e estado nutricional.	Constatou-se alta prevalência de insegurança alimentar e hábitos alimentares inadequados, com risco de desenvolvimento de doenças crônicas e agravamento do estado nutricional. Recomenda-se a implementação de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional voltadas a grupos em vulnerabilidade alimentar e nutricional.
Vicenzi <i>et al.</i> (2015)	Verificar a associação entre insegurança alimentar e excesso de peso em escolares do 1º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de São Leopoldo (RS), Brasil.	O estudo avaliou 782 escolares do 1º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de São Leopoldo (RS) e identificou elevada prevalência de excesso de peso (38,1%) e de insegurança alimentar em algum grau (45,1%). Após ajuste para fatores de confusão, observou-se uma associação inversa entre essas condições, uma vez que crianças pertencentes a famílias em situação de insegurança alimentar apresentaram 22% menor probabilidade de apresentar excesso de peso quando comparadas àquelas com segurança alimentar.	O estudo identificou altas prevalências tanto de insegurança alimentar quanto de excesso de peso, porém com associação inversa entre essas relações e indicando a necessidade de novos estudos e de políticas públicas robustas que garantam acesso a alimentos de qualidade e enfrentem simultaneamente a insegurança alimentar e o excesso de peso em escolares.
Brand, P. J. D. <i>et al.</i> (2025)	Analisar a insegurança alimentar das famílias e o estado nutricional de crianças e adolescentes matriculados em escolas municipais de ensino infantil e fundamental de Joaçaba (SC), no ano de 2021.	Foram avaliados 425 escolares de 4 a 17 anos. Verificou-se que 39,4% apresentaram algum grau de insegurança alimentar (34,4% leve, 3,3% moderada e 1,7% grave). A insegurança alimentar associou-se a menor renda familiar, desemprego no último ano, menor escolaridade do responsável, domicílios com menos moradores, maior tempo afastado da escola e piora ou aparecimento de problemas de saúde. Em relação ao estado nutricional, observou-se elevada prevalência de excesso de peso: entre 4–5 anos, 23,6% com risco de sobrepeso e 11,3% com sobrepeso/obesidade; entre $\geq 6$ anos, 18,2% com sobrepeso e 22,0% com obesidade. O excesso de peso associou-se à insegurança alimentar moderada/grave em escolares com 6 anos ou mais, enquanto nas crianças de 4–5 anos a insegurança alimentar se relacionou mais à magreza.	O estudo evidenciou alta prevalência de insegurança alimentar e de excesso de peso entre crianças e adolescentes durante a pandemia, fortemente influenciadas por condições socioeconômicas desfavoráveis, desemprego, maior tempo fora da escola e piora do estado de saúde. Os autores destacam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de alimentação e nutrição, em especial do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para garantir o direito à alimentação adequada em contextos de crise sanitária e instabilidade econômica.



<p>Mazur <i>et al.</i> (2025)</p>	<p>Associar a IA com a obesidade em crianças de faixas etárias de 2 a 10 anos nos estados do Brasil</p>	<p>Os resultados indicaram que crianças que vivenciam insegurança alimentar apresentam maior probabilidade de desenvolver obesidade, sobretudo em famílias em situação de vulnerabilidade social. Observou-se alta prevalência de sobrepeso e obesidade em todas as regiões do país, com destaque para o Nordeste e o Sul nas faixas etárias de 2 a 5 anos e de 5 a 10 anos. O Distrito Federal apresentou os menores percentuais de excesso de peso, possivelmente associados a melhores indicadores socioeconômicos. A pandemia de Covid-19 agravou a insegurança alimentar e contribuiu para o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e para o sedentarismo, impactando negativamente a saúde infantil.</p>	<p>O artigo conclui que a obesidade infantil e a insegurança alimentar constituem desafios centrais para a saúde pública brasileira e estão diretamente interligadas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A falta de acesso regular a alimentos saudáveis leva ao maior consumo de produtos ultraprocessados, favorecendo o excesso de peso entre crianças. Diante desse cenário, os autores defendem a necessidade de políticas públicas integradas que promovam educação alimentar e nutricional, ampliem o acesso a alimentos in natura e minimamente processados, restrinjam a publicidade de alimentos não saudáveis e incentivem ambientes escolares e comunitários mais saudáveis, de modo a prevenir a obesidade infantil e reduzir a insegurança alimentar no país.</p>
<p>Bueno, M. <i>et al.</i> (2021)</p>	<p>Avaliar a insegurança alimentar e sua relação com a classe econômica, o programa de transferência de renda e o estado nutricional de estudantes de escolas rurais.</p>	<p>Foram avaliadas 121 famílias e 157 crianças e adolescentes. A prevalência de insegurança alimentar foi de 57,9%, predominando a forma leve (46,3%). Cerca de 58,7% das famílias pertenciam à classe socioeconômica D-E e 46,3% eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Observou-se associação significativa entre insegurança alimentar, menor classe socioeconômica e participação no Bolsa Família (<math>p &lt; 0,0001</math>). Em relação ao estado nutricional, verificou-se alta prevalência de excesso de peso: obesidade em 19,7% das crianças e 22,9% dos adolescentes, embora não tenha sido encontrada associação estatisticamente significativa entre insegurança alimentar e estado nutricional.</p>	<p>As famílias rurais avaliadas apresentaram elevada prevalência de insegurança alimentar, relacionada às piores condições socioeconômicas e à participação em programas de transferência de renda. Apesar do alto percentual de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes, não foi observada associação direta com a insegurança alimentar. As autoras destacam a necessidade de ações intersetoriais e fortalecimento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional voltadas à população rural.</p>
<p>Oliveira, M. <i>et al.</i> (2022)</p>	<p>Analisar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos de idade relacionado às condições biológicas de suas mães, ao acesso a serviços de saúde, ao benefício de</p>	<p>Foram avaliadas 469 crianças; 7,9% apresentaram déficit de estatura e 12,8% excesso de peso. Observou-se associação entre os desvios nutricionais infantis e o estado nutricional das mães. A baixa estatura infantil esteve relacionada especialmente à idade inferior a dois anos e à</p>	<p>O estudo conclui que há prevalências importantes tanto de déficit de estatura quanto de excesso de peso entre crianças menores de cinco anos usuárias da Estratégia Saúde da Família, e que esses desvios estão intimamente relacionados ao estado nutricional materno. Verificou-se que a idade da criança, a insegurança alimentar familiar e a estatura da mãe são determinantes relevantes para a baixa estatura, enquanto o recebimento de benefícios do Programa Bolsa Família e o nível</p>




	programas sociais e às condições socioeconômicas.	presença de insegurança alimentar e nutricional moderada/grave, além da baixa estatura materna. Já o excesso de peso associou-se à não participação no Programa Bolsa Família e à pior situação socioeconômica, com influência adicional da baixa estatura e do excesso de peso das mães.	socioeconômico se destacam como fatores associados ao excesso de peso. Os autores enfatizam que esses achados reforçam a necessidade de estratégias multissetoriais, com foco no cuidado integral às mães e crianças, visando à prevenção e ao controle dos problemas nutricionais desde os primeiros anos de vida.
Dias, P. C.; Henriques, P.; Anjos, L. A.; Burlandy, L. (2017)	Analisar como a obesidade vem sendo abordada nas políticas públicas brasileiras, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), considerando concepções, indicadores, ações propostas e estratégias de articulação intra e intersetorial relacionadas à alimentação e nutrição.	O estudo identificou que, no SUS, a obesidade é tratada simultaneamente como doença crônica e fator de risco para outras DCNT, com predominância de ações voltadas ao indivíduo (atendimento clínico, linhas de cuidado, cirurgia bariátrica) e, de forma crescente, de estratégias de promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável. No SISAN, a obesidade é também concebida como problema social e expressão da insegurança alimentar, vinculada ao sistema alimentar vigente e aos ambientes obesogênicos, com ênfase em ações regulatórias, produção e oferta de alimentos saudáveis, intersetorialidade e direito humano à alimentação adequada. O artigo mostra avanços na integração entre SUS e SISAN, mas ressalta limites na efetiva implementação de medidas regulatórias e na articulação intersetorial.	Os autores concluem que o enfrentamento da obesidade no Brasil vem passando de uma abordagem centrada no indivíduo e na atenção curativa para uma perspectiva mais ampla, que considera determinantes socioambientais, segurança alimentar e nutricional e intersetorialidade. Entretanto, ainda há desafios importantes, como a fragmentação institucional, a força dos interesses da indústria de alimentos, a dificuldade de implantação de medidas regulatórias e fiscais e a necessidade de consolidar estratégias integradas que atuem sobre todo o sistema alimentar.

**Fonte:** Os autores, 2025.

Os artigos analisados convergem ao demonstrar que a insegurança alimentar se configura como um fenômeno complexo, atravessado por determinantes sociais, econômicos e políticos, e que pode coexistir com diferentes formas de excesso de peso ao longo do curso da vida, sobretudo em grupos socialmente vulneráveis. Os resultados evidenciam que a insegurança alimentar não se restringe à ausência de alimentos, mas relaciona-se diretamente às desigualdades que condicionam o acesso a produtos de qualidade. Em populações de baixa renda, observa-se a substituição de alimentos in natura e minimamente processados por ultraprocessados, caracterizados por elevado valor calórico e reduzido valor nutritivo, contribuindo para a prevalência simultânea de desnutrição e excesso de peso.

Os dados também apontam maior vulnerabilidade entre mulheres com baixa





escolaridade e baixa renda, indicando maior probabilidade de vivenciar insegurança alimentar acompanhada de inadequações nutricionais e excesso de peso. Estudos como os de Braga e Costa (2021) e Santos, Cáceres e Pelogo (2018) reforçam que domicílios em situação de vulnerabilidade econômica, com menor escolaridade e maior gasto proporcional com alimentação, tendem a apresentar tanto insegurança alimentar quanto maior prevalência de obesidade ou sobrepeso entre seus membros. Essa constatação evidencia a interseção entre gênero, escolaridade e renda como determinantes sociais da saúde, revelando que a insegurança alimentar é atravessada por múltiplas dimensões da desigualdade.


A análise dos artigos revisados demonstra que a insegurança alimentar e a obesidade não devem ser compreendidas como extremos opostos, mas como manifestações complementares de um mesmo cenário de desigualdade. Mazur *et al.* (2025), por exemplo, associam a insegurança alimentar em crianças brasileiras de 2 a 10 anos ao maior risco de obesidade, destacando que a vulnerabilidade social e o consumo de ultraprocessados agravam esse quadro. Estudos que abordam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Bolsa Família e outras ações de Segurança Alimentar e Nutricional sugerem que, embora tais programas sejam fundamentais para reduzir a fome, ainda enfrentam desafios relacionados à qualidade nutricional dos alimentos ofertados e à continuidade das ações educativas.

Os artigos revisados evidenciam esse fenômeno tanto em adultos quanto em crianças e adolescentes, em áreas urbanas e rurais, e em diferentes contextos regionais. Na população infantil e adolescente, pesquisas como as de Vicenzi *et al.* (2015), Brand *et al.* (2025), Mazur *et al.* (2025), Bueno *et al.* (2021) e Oliveira *et al.* (2022) demonstram que crianças e escolares residentes em contextos de pobreza, beneficiários de programas de transferência de renda ou acompanhados pela Atenção Primária à Saúde, apresentam elevada prevalência de insegurança alimentar concomitante a indicadores de excesso de peso, principalmente sobrepeso e obesidade.

Diante desse cenário, torna-se necessário investir em políticas que assegurem renda, trabalho digno, moradia e acesso à educação, ao mesmo tempo em que se fortaleçam programas específicos de segurança alimentar, como o PNAE, os restaurantes populares e as iniciativas de distribuição de alimentos saudáveis. Do ponto de vista da Nutrição, os achados reforçam a relevância de estratégias de educação alimentar voltadas para o incentivo ao consumo de alimentos in natura e minimamente processados, ao planejamento das compras em contextos de orçamento restrito e ao cuidado com a oferta de ultraprocessados, especialmente para crianças.

Esse padrão alimentar, marcado pelo consumo excessivo de ultraprocessados, aumenta





o risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares, reforçando o caráter de saúde pública do problema. Nesse sentido, a discussão converge para a necessidade de políticas públicas que promovam ambientes alimentares saudáveis, ampliando o acesso a alimentos frescos e de qualidade. A promoção da alimentação adequada e saudável deve ser entendida como estratégia essencial para reduzir tanto os índices de desnutrição quanto os de sobrepeso e obesidade, atuando de forma integrada no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional.

Em síntese, a análise dos estudos confirma que a relação entre insegurança alimentar e obesidade no Brasil é expressão das desigualdades sociais e do modelo de sistema alimentar vigente, sugerindo que a limitação de acesso a alimentos saudáveis, associada ao maior consumo de produtos ultraprocessados, contribui para esse desfecho. Reconhecer esse paradoxo é fundamental para a formulação de políticas públicas integradas, capazes de enfrentar simultaneamente à fome, o excesso de peso e a má qualidade da alimentação, contribuindo para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A análise conjunta dos estudos demonstra, portanto, que a coexistência de insegurança alimentar e excesso de peso não se trata de um achado isolado, mas de um padrão recorrente em diferentes contextos, o que sustenta a relevância do tema para a saúde pública e justifica a necessidade de aprofundamento dessa discussão em políticas e práticas de cuidado nutricional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre insegurança alimentar e obesidade no Brasil evidencia um cenário multifacetado, no qual desigualdades sociais, econômicas e ambientais determinam tanto o acesso quanto a qualidade da alimentação ao longo do ciclo de vida. A análise dos estudos selecionados confirma que insegurança alimentar e excesso de peso não são fenômenos opostos, mas condições que frequentemente coexistem em populações vulneráveis, caracterizando o paradoxo fome/excesso de peso descrito na literatura nacional e internacional.

Os achados mostraram que, em famílias com restrição de renda, a limitação no acesso regular a alimentos in natura e minimamente processados, aliada à ampla disponibilidade de produtos ultraprocessados de baixo custo, favorece padrões alimentares inadequados que contribuem simultaneamente para deficiências nutricionais e para o acúmulo excessivo de peso. Esse processo é intensificado por fatores como baixa escolaridade, ambiente obesogênico, instabilidade econômica e fragilidades nas políticas públicas de alimentação e





nutrição.

O estudo demonstrou que a coexistência entre insegurança alimentar e obesidade se manifesta em diferentes fases da vida, especialmente entre mulheres, crianças e adolescentes, grupos mais atingidos pelas desigualdades estruturais. Além disso, a discussão do paradoxo fome/excesso de peso evidencia que os determinantes sociais da saúde como renda, escolaridade, território e acesso a políticas públicas moldam diretamente o estado nutricional da população e explicam a simultaneidade entre privação e excesso.

Diante disso, conclui-se que enfrentar esse paradoxo exige estratégias articuladas que ampliem o acesso a alimentos saudáveis, fortaleçam políticas de segurança alimentar e nutricional, valorizem ações educativas e promovam ambientes alimentares mais justos. Assim, o estudo reafirma que a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada depende de ações intersetoriais capazes de combater as raízes estruturais da insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, prevenir e controlar o avanço da obesidade no país.

#### REFERÊNCIAS

BRAGA, C. A. S.; COSTA, L. V. Obesidade, desnutrição e pobreza: a insegurança alimentar e nutricional na ótica do espaço social alimentar. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 39, n. 78, p. 239-256, 2021.

BRAND, P. et al. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças e adolescentes durante a pandemia: estudo transversal em Joaçaba, SC. **Revista Vale - Centro Universitário UninCor**, Três Corações, MG, v. 23, n. 3, 2025.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BUENO, M. C.; FRANCO, J. G.; LEAL, G. V. S.; KIRSTEN, V. R. Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais. **Cadernos de Saúde Coletiva**, 2021;29(2): 153-162. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129020204>.

DIAS, P. C. et al. **Abordagens do SUS e do SISAN para o enfrentamento da obesidade**. 2017.

FAO; OPS; OMS; UNICEF; IFAD. **Visão geral regional da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2023**. Santiago: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1662517/>. Acesso em: 22 nov. 2025.



MAZUR, Caryna Eurich. *et.al.* Insegurança alimentar e obesidade em crianças brasileiras: um paradoxo. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 19, n. 119, p. 353–364, mar./abr. 2025. ISSN 1981-9919.

OLIVEIRA, M. M. de; SANTOS, E. E. S. dos; BERNARDINO, I. M.; PEDRAZA, D. F. Fatores associados ao estado nutricional de crianças menores de cinco anos da Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 711-724, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022272.46652020.

SANTOS, L. V. T.; CÁCERES, L. A.; PEGOLO, G. E. Insegurança alimentar, consumo de alimentos e estado nutricional de mulheres de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Interações, Campo Grande**, v. 20, n. 3, p. 831-844, jul./set. 2019.

SILVA, A. P. M. *et al.* Insegurança alimentar e aspectos da alimentação de sujeitos com excesso de peso de um município paraibano. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 26, e262340159, 2023.

VALENTIM, C. G. Q.; REBELO, J. F. D.; VASCONCELOS, L. H. F.; OLIVEIRA, D. F. de; DUARTE, N. L. Obesidade no Brasil: desafios sociais, econômicos e de saúde pública. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 11, p. e18772, 25 nov. 2024.

VICENZI, K. *et al.* Insegurança alimentar e excesso de peso em escolares do primeiro ano do Ensino Fundamental da rede municipal de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 1084-1094, 2015.

